

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Relatório da audição da ANDAEP, ANDE e Conselho das Escolas pelo GT Acompanhamento da Transferência de Competências na Educação

3.2. Audição parlamentar sobre autonomia e flexibilidade curricular

4. Audição de Peticionários – Petição 616/XIII/4, FENPROF - Federação Nacional dos Professores – Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce 10h00

- Deputada Relatora: Líliliana Silva (PSD)

5. Audição dos Investigadores Precários na Universidade do Algarve, por requerimento do BE, sobre o processo de integração na carreira – 11h00

6. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª

- Votação de propostas apresentadas pelo PS para votação na Comissão
- Ratificação da votação indiciária das restantes propostas realizada no Grupo de Trabalho da Educação Especial

7. Discussão de Projeto de Resolução

- Projeto de Resolução n.º 2086| XIII| 4, BE, Universalidade da escola pública no concelho de Santa Maria da Feira

8. Fixação de redação final do Projeto de Resolução n.º 1845/XIII/4.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras estruturantes na Escola Secundária e na Escola Básica nº 1 de Vendas Novas

9. Apreciação e votação do relatório da Comissão sobre o relatório “ Portugal na União Europeia 2018”

- Deputado relator: (PCP)

10. Data da próxima reunião

- 28 de maio – 15h00
- 05 de junho – 9h30 – Audição pública sobre programa de flexibilidade curricular

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de ata

Tendo sido distribuída a ata da reunião do dia 2 de maio, foi adiada a sua aprovação.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Relatório da audição da ANDAEP, ANDE e Conselho das Escolas pelo GT Acompanhamento da Transferência de Competências na Educação

A aprovação do relatório foi adiada.

3.2. Audição parlamentar sobre autonomia e flexibilidade curricular

O programa da audição, que terá lugar em 5/6/2019, às 9h30, foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. Na sequência da distribuição de uma proposta de entidades a convidar para a audição, os Grupos Parlamentares informaram que comunicariam posteriormente eventuais alterações a essa proposta.

4. Audição de Peticionários – Petição 616/XIII/4, FENPROF - Federação Nacional dos Professores – Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce 10h00

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da Federação (cuja composição está disponível na [página da Comissão](#)) e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os membros da delegação da FENPROF referiram o seguinte, em resumo:

1. A intervenção precoce – apoio a crianças dos 0 aos 6 anos - junto de famílias e crianças é fundamental;
2. Solicitam a criação de um grupo de recrutamento específico e isso não tem custos;
3. Foram criados os grupos de educação especial e a intervenção precoce está incluída no grupo 910;
4. A formação específica é essencial;
5. O Parecer n.º 7/2018 do Conselho Nacional de Educação recomenda um grupo de recrutamento para esta área;
6. Atualmente há professores do ensino secundário colocados a darem apoio a crianças dos 0 aos 3 anos e a resposta não é adequada;
7. Também há docentes que são designados para a intervenção precoce por convite do Ministério da Educação, tendo a FENPROF realçado a falta de transparência do processo e a eventual falta de qualificações dos designados.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que a criação de novos grupos de recrutamento envolve estudos profundos e realçou que o Governo tem dado especial atenção à educação inclusiva, em que a educação precoce está incluída, e está a fazer a aplicação do novo regime da mesma. Os docentes em causa foram incluídos no recrutamento excecional para efeitos de vinculação. A criação de novos grupos de recrutamento tem em conta critérios de atribuição de serviço docente e tem subjacente um trabalho prévio extenso, como aconteceu, por exemplo, no grupo de recrutamento de linguagem gestual. Há, pois, necessidade de um trabalho de avaliação e sistematização para criação de um grupo de recrutamento de intervenção precoce.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que apresentaram já o Projeto de Resolução n.º 2085/XIII, Pela criação de um grupo de recrutamento de intervenção precoce sobre a matéria, para ser discutido junto com a petição, tendo salientado que os professores do ensino secundário não têm formação e experiência para tratarem com bebés. Defendeu depois a necessidade de um bom funcionamento das equipas de intervenção precoce e manifestou concordância com a criação de um grupo de recrutamento específico, até para dar cumprimento à Recomendação do Conselho Nacional de Educação.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que o CDS-PP acompanha a petição e apresentou o Projeto de Resolução n.º 2109/XIII, *Recomenda ao Governo a criação de um grupo de recrutamento de docentes na área da intervenção precoce na infância*. Informou depois que já contactaram com equipas multidisciplinares, com pessoas da área da saúde e também da educação e realçou que a formação existente não é específica para a intervenção precoce, tendo vários pais dado conhecimento da falta de formação e de experiência dos professores. Reiterou ainda a concordância com a criação de um grupo de recrutamento específico e salientou que já há 3 grupos diferentes na educação inclusiva.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que estão em causa questões dos professores e também das crianças, as quais têm necessidades educativas especiais ou em situação de risco, havendo várias situações que necessitam de meios específicos. Salientou depois que a situação podia ter sido resolvida com um projeto de lei do PCP, que previa a criação de vários grupos de recrutamento. Pediu ainda a posição da FENPROF sobre o aprofundamento da estabilidade dos docentes, para maior confiança das famílias, além da garantia dos direitos dos docentes.

A Deputada Liliana Silva (PSD, relatora da petição) defendeu que a área em causa exige investimento, para um crescimento mais saudável dos alunos, referiu que não aceitam que as colocações dos docentes no apoio em causa sejam feitas por convite e considerou que há necessidade de ponderação da matéria. Concordou depois com a criação de um grupo de recrutamento e perguntou qual o número de professores que a FENPROF considerava necessário para a intervenção precoce e qual o número de professores que são convidados, face às necessidades existentes.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os membros da delegação da FENPROF referiram o seguinte, em resumo:

1. O apoio às famílias no domicílio é feito essencialmente por docentes;
2. A mudança anual de docentes diminui a confiança das famílias, enquanto a intervenção precoce deve estar centrada na família e na criança integrada naquela, pelo que a estabilidade do docente é fundamental;
3. Em relação ao número de docentes, referiu que o Governo em 2017 o Ministério disse que havia entre 500 e 517 docentes afetos à intervenção precoce;
4. Quanto ao número de docentes convidados, informaram que na direção regional do Algarve todos os docentes que trabalham na intervenção precoce são convidados, mas não conhecem o número exato de convidados nas outras direções regionais;
5. O Governo pretendia colocar neste trabalho qualquer docente que se encontrasse em horário zero e a FENPROF entende que esta atuação só serve para a estatística;
6. O primeiro despacho sobre esta matéria é de 1999, pelo que tem 20 anos, tem vindo a equacionar-se a matéria;
7. O diploma que cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância é o Decreto-Lei 281/2009, de 6 de outubro, e ainda há Grupos Parlamentares que defendem a avaliação, entendendo a FENPROF que já há avaliação suficiente;
8. Os recursos existem e tem de haver uma reorganização dos mesmos;

9. A intervenção precoce no âmbito da saúde e o apoio à família, nomeadamente de risco, deve existir fora da educação especial;
10. À exceção do PS, todos os Grupos Parlamentares concordam com a criação de um grupo de recrutamento específico;
11. O que estão a peticionar não é para os professores, é para as famílias todas, nomeadamente as mais desfavorecidas e para as crianças;
12. Há necessidade de uma intervenção atempada, no tempo certo, mais do que precoce.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. Audição dos Investigadores Precários na Universidade do Algarve, por requerimento do BE, sobre o processo de integração na carreira – 11h00

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da Federação (cuja composição está disponível na [página da Comissão](#)) e lembrou a grelha de tempos da audição.

O Deputado Luís Monteiro (BE), no âmbito da apresentação do requerimento do BE para audição dos investigadores em causa, manifestou preocupação com os bolseiros na Universidade do Algarve, referiu que o Reitor recuou na decisão do PREVPAP, programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, e indicou que a resposta do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em relação à integração de investigadores ao abrigo daquele programa foi sempre confusa.

Perguntou depois se havia evolução da parte do Ministério ou do Reitor da Universidade, qual era a informação atual do PREVPAP, se conheciam o argumento utilizado, para além da questão orçamental e manifestou estranheza por o Ministério e o Reitor votarem nos mesmos termos no âmbito do PREVPAP.

Os membros da delegação dos investigadores precários na Universidade do Algarve referiram o seguinte, em resumo:

1. A Reitoria da Universidade e o Ministério não deram mais informação;
2. A Comissão do PREVPAP remeteu agora a ata da avaliação individual dos investigadores;
3. A Comissão já tinha apreciado anteriormente com determinados critérios e depois fixou novos critérios, fez uma nova apreciação e chegou a um resultado diferente;
4. Em janeiro de 2018 os processos dos investigadores foram apreciados favoravelmente;
5. Em setembro de 2018 o Reitor pediu a reapreciação dos processos, entendendo que não tinha utilizado os mesmos critérios de outras instituições de ensino e veio a não dar parecer favorável;
6. 19 investigadores não tiveram as apreciações homologadas, tendo havido reapreciação dos seus processos, pelo que consideram que a situação é ilegal;
7. Dos 19 casos que tinham sido apreciados favoravelmente no início, após reapreciação, só 3 tiveram apreciação favorável e sempre com voto contra da Universidade do

- Algarve, com o fundamento de os investigadores terem acumulação de um contrato de ciência com um contrato de investigador FCT na mesma instituição;
8. O PREVPAP só exige o vínculo adequado e a existência de uma necessidade permanente e a acumulação referida deve-se à forma de funcionamento dos contratos apoiados pela FCT;
 9. O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior diz que o PREVPAP não pode subverter as leis.

Interveio depois a Deputada Nilza de Sena (PSD), referindo que o emprego científico foi uma bandeira do Governo e o PREVPAP responderia a muitas situações, mas a estratégia do Governo é desadequada para resolver os problemas e tem tido uma taxa de resultado baixa a nível nacional. Enfatizou depois a decisão inicial favorável da Comissão do PREVPAP, a sua posterior revogação e a aceitação atual apenas de 3 processos, por decisão da Universidade e questionou se as situações não aceites não correspondem a necessidades permanentes da instituição ou esta não tem disponibilidade financeira para o efeito. Salientou ainda que o Governo não garante condições para a Universidade permitir a integração e perguntou que razões tinham sido dadas aos investigadores para alteração da decisão. A terminar, considerou que o programa estava mal desenhado e implementado.

A Deputada Ana Passos (PS) considerou que a Comissão de Educação e Ciência não tem como objetivo fazer um juízo de valor em relação ao Reitor da Universidade e salientou que em relação a esta já há cerca de 60 processos apreciados favoravelmente, nas carreiras gerais e quanto a investigadores, em relação aos primeiros já com alguns concursos abertos, pelo que o PREVPAP está a funcionar naquela instituição. Manifestou depois compreensão em relação à situação dos investigadores presentes e indicou que na reunião de março de 2019 a Comissão do PREVPAP reapreciou os processos dos investigadores, por solicitação do Reitor da Universidade do Algarve e revogou a deliberação de janeiro de 2018. Perguntou depois aos investigadores se a deliberação de 2018 lhes tinha sido comunicada e reiterou que atualmente a Universidade já fez várias regularizações. Pediu ainda confirmação do vínculo dos investigadores e questionou o caráter permanente da necessidade dos mesmos.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) mencionou como curioso o facto de no dia seguinte irem ser votados 2 votos de louvor à Universidade do Algarve e referiu que a mesma aprovou a integração de 3 em 19 investigadores. Enfatizou depois que a autonomia das instituições leva a que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior se desresponsabilize do processo de integração e considerou ainda que o processo dos investigadores da Universidade é claro, tendo o Reitor alterado a decisão por força do Ministério. Manifestou também que a eventual ilegalidade tem de ser decidida em tribunal e salientou que posteriormente foi utilizado o argumento orçamental. A terminar, perguntou quantos contratos já existem em relação ao pessoal da carreira geral.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou que a situação é vergonhosa, ilegítima e que o Presidente da Comissão do PREVPAP justificou a revogação, considerando-a parcial e por razões de mérito, o que o PCP considera inaceitável. Realçou depois que os números do PREVPAP são muito baixos, não superiores a 50% até na carreira geral e mesmo nesta ainda não há concursos

abertos. Perguntou ainda há quanto tempo os investigadores estão na instituição e que mais-valias, nomeadamente financiamentos e artigos científicos, geraram para a Universidade.

O Deputado Luís Monteiro (BE) realçou que o PREVPAP tem um boicote a nível nacional no ensino superior, com uma posição concertada entre o Governo e os reitores, havendo um esquema paralelo à lei daquele Programa, tendo questionado a razão para se ter preparado no âmbito do mesmo um guião complementar, com eventuais critérios gerais, o qual não se conhece e é político. Salientou ainda que o processo na Universidade do Algarve é piloto no procedimento de conclusão no boicote ao PREVPAP, desenvolvido pelo Governo e pelos reitores.

Após as intervenções dos Deputados, os investigadores referiram o seguinte, em síntese:

1. Os investigadores apenas apresentam factos e não fazem juízos de valor;
2. Mesmo os processos do pessoal das carreiras gerais têm uma taxa de sucesso reduzida;
3. Conhecem os problemas financeiros da Universidade do Algarve;
4. Em agosto de 2018 o Reitor pediu a não homologação dos processos do pessoal do regime geral, embora tenha dito que se houvesse reforço financeiro podia vir a haver homologação;
5. Em relação aos investigadores não falou no aspeto financeiro e pediu apenas a não homologação;
6. Os investigadores tiveram conhecimento da homologação inicial através do Reitor e depois da revogação da mesma;
7. Ainda nenhum dos 3 investigadores que terão sido aceites após a reapreciação teve conhecimento da homologação (só os trabalhadores do regime geral tiveram conhecimento da homologação) e a Universidade não sabe como vai integrá-los;
8. O Governo tem feito vários anúncios, mas sem concretização e os investigadores pedem estabilidade.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

6. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª

A discussão e votação na especialidade das propostas de alteração foi feita previamente, a título indiciário, pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial. Na reunião da Comissão, em que estiveram presentes Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, foi feita a votação de propostas apresentadas posteriormente pelo PS, tendo intervindo os Deputados Porfírio Silva (PS), Diana Ferreira (PCP) e Laura Magalhães (PSD). Foram depois ratificadas, por unanimidade, as votações realizadas pelo Grupo de Trabalho.

As gravações das reuniões em que se realizaram as votações feitas no Grupo de Trabalho e na Comissão, o relatório de votação e o texto final estão disponibilizados nas respetivas Apreciações Parlamentares.

7. Discussão de Projeto de Resolução

- **Projeto de Resolução n.º 2086/ XIII/ 4**, BE, Universalidade da escola pública no concelho de Santa Maria da Feira

A discussão foi adiada, a pedido do PS.

8. Fixação de redação final do Projeto de Resolução n.º 1845/XIII/4.º (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras estruturantes na Escola Secundária e na Escola Básica nº 1 de Vendas Novas

A redação final foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Apreciação e votação do relatório da Comissão sobre o relatório “ Portugal na União Europeia 2018”

Não tendo sido apresentado o relatório, este ponto foi adiado para uma reunião agendada para o dia seguinte.

10. Data da próxima reunião

- **28 de maio** – 15h00
- **05 de junho** – 9h30 – Audição pública sobre programa de flexibilidade curricular

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

**Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Ana Passos
Ângela Moreira
Diana Ferreira
Liliana Silva
Maria Lopes**

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

**Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ivan Gonçalves
Maria Manuel Leitão Marques
Susana Amador**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

